

# FUNDAMENTOS LÓGICOS DO CONHECIMENTO: A LÓGICA DOS TERMOS

**Marilúze Ferreira de Andrade e SILVA**  
Departamento das Filosofias e Métodos - FUNREI

## RESUMO

Esse trabalho tem como propósito apresentar os fundamentos lógicos do conhecimento naquilo que diz respeito à lógica dos termos considerando as discussões levantadas por Guilherme de Ockham (1290-1349) a respeito da lógica dos termos que compõem as proposições e as discussões envolvendo a questão dos universais. Assim sendo, o pensamento de Ockham, nesse trabalho, terá três abordagens básicas: i) o **conhecimento intuitivo** e **abstrativo**; ii) o **terminismo** que tem como objeto de estudo a **lógica da suposição** que, por sua vez, implica nas discussões sobre os **universais** e iii) o **nominalismo** que é a discussão levantada sobre a negação da realidade ontológica os universais.

**Key words:** Nominalismo, Lógica dos termos, Lógica da suposição, Conhecimento intuitivo.

## ABSTRACT

This article aims at presenting the logical fundamentals of knowledge inasmuch as the terms of logic are concerned, based on arguments raised by Guilherme de Ockham (1290-1349) on the logic of the terms that build up propositions and discussions of the question of universals. Thus Ockham's way of thinking will bear three basic approaches in this article: i)

intuitive and abstractive knowledge; ii) terminism that aims at studying the logic of supposition which, in its turn, implies discussions on universals and iii) nominalism, which is nothing but arguments raised on the negation of the ontologic reality of universals.

**Key words:** Nominalism, Logic of terms, Logic of supposition, Intuitive knowledge.

## 1. Conhecimentos intuitivo e abstrativo

### 1.1. Conhecimento intuitivo

Os dois princípios do intelecto são a intuição e a abstração. Entretanto, a intuição e a abstração, de per si, não são suficientes para fornecer ao sujeito o conhecimento do objeto por se tratar de dois conhecimentos “incomplexos”. Baseado nessa observação, Ockham admite haver conhecimento do objeto tão-somente se os dois atos do conhecimento se complementarem. Isto porque o conhecimento intuitivo é entendido como sendo a causa do conhecimento evidente das proposições contingentes que capacita o sujeito afirmar sobre a existência atual dos objetos. Como diz Ockham: “O conhecimento intuitivo de uma coisa é o conhecimento em virtude do qual pode-se dizer se a coisa existe ou não ...” (Apud, Emile Bréhier (1970), *La Philosophie du Moyen Age*. p. 349). Essa é a razão pela qual se afirma que o conhecimento intuitivo é individual, evidente e imediato. Do ponto de vista desse conhecimento o objeto imprime a sua representação no sujeito de forma evidente e imediata o que significa dizer não haver intermediário entre o sujeito e o objeto. Sendo assim na proposição **o giz é branco** se essa afirmação estiver adequada à evidência, pode-se afirmar que o conhecimento que o sujeito tem do giz é o da sua brancura e em virtude disso ele pode conhecer empiricamente o atributo desse objeto e afirmar que ele é branco. Se o sujeito conhece a **brancura**, facilmente predicará o objeto portador desse atributo. Partindo desse raciocínio concluímos que o conhecimento intuitivo é empírico e se identifica com a experiência.

## 1.2. Conhecimento abstrativo

O conhecimento abstrativo não leva em conta a realidade e, por isso, por si só, não capacita o sujeito a fazer afirmações a respeito da existência contingente dos objetos. Nesse caso, o objeto só poderá ser conhecido abstrativamente. Quando se diz que o giz é branco, do ponto de vista do conhecimento intuitivo, é necessário que o objeto esteja presente ao tempo em que a afirmação é proferida, mas do ponto de vista do conhecimento abstrativo, esta afirmação independe da presença do objeto. Desse modo, a função do conhecimento intuitivo é a de garantir para o sujeito a existência do objeto e predicá-lo. A função do conhecimento abstrativo é a de imprimir no sujeito o conhecimento evidente do objeto. Se o conhecimento abstrativo pressupõe o conhecimento intuitivo, a partir do momento que o sujeito é portador do conhecimento intuitivo, ele poderá fazer afirmações verdadeiras sobre objetos contingentes, abstrativamente, isto é, dispensando a presença do objeto, pelo fato de o sujeito já possuir o conhecimento assimilado a seu espírito. Em contrapartida, se não houver um conhecimento evidente e prévio do objeto, dois fatos poderão ocorrer: i) nada se poderá dizer a respeito de sua existência; ii) o objeto não poderá ser predicado. Esses dois princípios do conhecimento são justificados através dos dois atos do intelecto: i) apreensivo e ii) judicativo.

### 1.2.1. Ato apreensivo

O ato apreensivo consiste em o sujeito assumir como objeto um termo qualquer. Esse termo tanto pode ser um conceito como pode ser uma proposição ou mesmo uma qualidade sensível porque o ato apreensivo tem como função apreender termos complexos e incomplexos.

Para Aristóteles, o termo era considerado complexo quando composto de palavras diferentes ou quando a proposição simples era composta apenas de nome e verbo seguindo o esquema padrão S é P. Assim, para Aristóteles, seriam termos: i) **O homem branco** termo composto com nomes diferentes (substantivo e adjetivo) e **O homem branco corre** termo composto com nome,

adjetivo e verbo. No primeiro caso temos uma descrição definida e no segundo um proposição. Para Ockham, entretanto, o fato de um termo ser composto de palavras diferentes ou uma proposição simples ser construída a partir de nome e verbo não implica em sua complexidade.

As duas formas de termos complexos, defendidas por Aristóteles de forma categórica foram defendidas por Ockham de forma relativa. Para Ockham, os termos tanto podem ser complexos como incomplexos uma vez que, diferente de Aristóteles, Ockham não define complexo tomando como princípio, tão-somente, o emprego de palavras diferentes, mas a estruturação da proposição em termo-sujeito e termo-predicado. Nesse caso, é a função de lugar do termo que define se ele é complexo ou incompleto uma vez que "o termo incompleto é um termo isolado quer este termo seja proposição ou um termo composto de dois ou mais termos". Isso se vê na proposição o homem branco corre onde o termo homem branco é incompleto e exerce a função de sujeito da proposição e a proposição o homem branco corre é relativamente um termo complexo porque pode ocupar o lugar de um termo incompleto. Entretanto, a proposição "O homem branco corre é uma proposição", o homem branco corre deixa de ser termo complexo e passa a assumir a função de sujeito da nova proposição, logo, um termo incompleto. O resultado dessa análise estrutural demonstra um avanço no pensamento de Ockham em relação ao de Aristóteles. Aristóteles se preocupava com os termos enquanto relação entre os conceitos  $S$  é  $P$ , visava, portanto, a coerência interna do pensamento e um valor de verdade categórico do juízo e Ockham demonstra preocupação com a relação-de-lugar ou função-de-lugar dos termos. Temos aí, portanto, um critério relativista do valor de verdade dos termo e da proposição como um todo. O que observamos, entretanto, é que tanto o ponto de vista conceitual de Aristóteles como o ponto de vista funcional de Ockham nos apontam para uma teoria racionalista do conhecimento.

O ato apreensivo, para Ockham tanto pode apreender termos complexos, incomplexos, proposições, demonstrações, coisas necessárias e coisas impossíveis

### 1.2.2. O ato judicativo

A função do ato judicativo é assentir e o assentimento “é uma reação do sujeito a ação do objeto externo que imprime sobre ele a representação”. A presença do objeto é um estímulo que provoca no intelecto a reação do atendimento. Segundo Ockham, quando uma proposição é racionalmente evidente, esta evidência garante o assentimento, entretanto quando falta a evidência “o assentimento torna-se voluntário e cai na possibilidade do erro” a partir daí, pode-se concluir que receber a representação é ato voluntário uma vez que ver branco, por exemplo, dependerá do sujeito se colocar à frente da cor branca, mas assentir à representação dependerá do sujeito aceitar o branco como cor branca.

## 2. Aspectos lógicos do conhecimento

### 2.1. A Lógica dos termos

A lógica estabelece que os raciocínios são estruturados a partir de proposições e as proporções, a partir de termos. Como o termo é a parte primária que compõe a proposição é dele que Ockham se ocupa em sua lógica. Este interesse se justifica, levando em consideração que, apesar de o termo ser parte fundamental da proposição, nem todos são da mesma natureza.

Várias são as maneiras de se atribuir significado a um “termo, entre elas, quatro são de fundamental importância para a lógica terminista.

1. Um termo pode significar um signo lingüístico, que por sua vez possui três outros significados:

1.1. “termo” significa “os elementos que compõem as premissas do silogismo categórico, isto é, sujeito e predicado. Esta é a definição proposta por Aristóteles;

1.2. “termo” significa “todos os componentes simples que entram nas proposições, isto é, sujeito ou predicado, verbo e os componentes sincategoremáticos. Esta conceituação foi proposta pela lógica terminista, (v.g., Ockham);

1.3. "termo" significa "todos os componentes das proposições. Estes componentes podem ser simples ou compostos tais como sujeito-predicado, verbo, componentes sincategoremáticos, e até mesmo as proposições quando estas são termos de outras proposições. Tal é a concepção dominante em algumas correntes lingüísticas (Abagnanno, Dic. de Fil.).

A análise das proposições abaixo elucida bem o significado de "termo" na acepção lingüística 1.3.

Sejam as proposições:

i) o giz é branco

S            P

---

Pp

ii) o giz é branco é uma proposição

S                            P

---

Pp

No exemplo i) O giz é branco é uma proposição construída a partir de dois termos: o giz que é um termo sujeito e branco que é um termo predicado. No exemplo ii) a proposição o giz é branco passa a ocupar o lugar do termo sujeito e com isso torna-se uma parte da nova proposição.

2. Um "termo" pode significar qualquer objeto ao qual se refere um discurso. Nessa acepção "termo" é sinônimo de objeto. Objeto aqui, quer dizer "o significado expresso ou o conceito pensado, a coisa desejada, o fim a que se tende ou a qualidade ou a realidade percebida".

3. O terceiro significado é tomado como limite de uma extensão.

4. O quarto é entendido como sendo o ponto de chegada de uma atividade. Exemplo: O termo do intelecto é o conhecimento. Ockham emprega a palavra "termo" com três significados distintos:

i) "termo" significa tudo que pode ser extremo da proposição categórica, isto é, sujeito e predicado. Assim, são termos: o sujeito, o predicado e as proposições que ocupam o lugar dos termos.

Seja a proposição

(1)      (2)

Amar, Verbo intransitivo é uma obra de Mário de Andrade

(Extremo da proposição)

(Extremo da proposição)

S

P

Pp

O termo (1), isoladamente, poderá assumir a forma de uma proposição se construída a partir de dois termos incomplexos. Assim

Amar é verbo intransitivo

S

P

Pp

ii) "termo" enquanto se opõe à oração. Nessa acepção o termo é chamado "todo incompleto". A proposição "Amar é verbo intransitivo", analisada acima, constitui um todo incompleto uma vez que, assumindo a função de termo-sujeito, passa a se opor à função de proposição.

iii) "termo" pode ser empregado para designar aquilo que, tomado significativamente, pode ser sujeito ou predicado da proposição: "amar" significativamente é um verbo, mas não é uma

palavra material, logo ela pode ocupar o lugar de sujeito, mas no sentido restrito não é um termo.

Para Ockham, os verbos e as palavras sincategoremáticas como: conjunções, preposições, interjeições, não são termos. Essas classes de palavras embora possam ser tomadas como extremos da proposição, ao serem supostas materialmente, não podem ser materiais quando usadas significativamente.

Partindo desse princípio, a análise da proposição “amar é verbo intransitivo”, o verbo “amar” está sendo suposto materialmente, posto que, nessa proposição ele assume o lugar de sujeito formal, sem referência empírica. Entretanto, se nessa mesma proposição o tomarmos significativamente a proposição tornar-se-á ilegítima, uma vez que a natureza do “amar”, no contexto dessa proposição, não é de um verbo mas uma forma nominal do verbo “amar”, que é a do infinitivo. Ele, na proposição, não pode ser tomado significativamente uma vez que, significativamente, não pode ser sujeito porque é verbo e somente o substantivo essencial pode exercer a função de sujeito. “Amar”, nesse caso, é um substantivo virtual, isto é, em potencial e não essencial.

Semanticamente ele está representando uma coisa fora da perspectiva do tempo, e significativamente exprime uma coisa na perspectiva do tempo. “Amar” é um “termo” apenas pelo aspecto formal e semântico que a palavra se reveste no momento em que ocupa o lugar do sujeito. O mesmo fato ocorre com as palavras sincategoremáticas: preposições, conjunções e alguns advérbios que não são de base nominal como nos exemplos que seguem: i) “‘se’ é uma conjunção”; ii) “‘outrora’ é um advérbio”; iii) “‘de’ é uma preposição”; “o ‘não’ é um advérbio”.

## 2.2. Classificação dos termos

Os termos para Ockham, obedecem a uma classificação que leva em conta o significado que o termo carrega. Assim, segundo Ockham, os termos se classificam em:

### 2.2.1. Absoluto

Este seria o termo possuidor de um significado primário, livre de qualquer relação e por isso "independente". O termo absoluto significa a mesma coisa de per si e para eles não há definição nominal. São exemplos de termos absolutos: árvore, fogo, pedra.

Entendo por termo "absoluto" os termos que em lingüística são denominados "termos monossêmicos", isto é, termos possuidores de um único significado. Aqui levanto a questão quanto ao sema da palavra "casa". Trata-se de um signo que em alguns enunciados pode ser empregado com valor "polissêmico", mas em outros, tal como "a casa desabou", pode ser empregado com valor "monossêmico". Esta palavra (signo) de per si, possui valor monossêmico porque aprisiona um só significado. Esta afirmação, evidentemente, contraria os ensinamentos da lingüística, mas a sua aceitabilidade decorre de uma análise do signo "casa" adequada à teoria de Ockham. Desse modo, essa afirmação torna-se verdadeira à medida que o signo "casa" for submetido a uma análise entendendo-o como sendo possuidor de um significado determinado como as palavras "árvore", "água", "homem", "animal" e não como uma forma do verbo "casar", como propõe a lingüística. O signo "casa" é a forma do infinitivo do verbo "casar" com um significado determinado. Por exemplo: i) Maria "casa" com Pedro e ii) Maria mora na "casa". O termo "casa" não deve ser entendido como polissêmico porque em i) "casa" declina-se do verbo "casar" e em ii) "casa" é substantivo, logo do ponto de vista da independência cada termo tem seu significado próprio. Mas, se só o contexto pode determinar o significado da palavra então, a polissemia é circunstancial e funcional. O termo "casa" como designador de um objeto empírico é assim entendido tão-somente fora de um contexto porque a desinência de "casa" enquanto verbo e enquanto substantivo é ambígua. Trata-se, portanto, se tomarmos a palavra fora de um contexto, de um termo equívoco e não polissêmico, enquanto no contexto é polissêmico e não equívoco. Isto porque só o contexto

possibilita a análise da palavra do ponto de vista semântico e estrutural dando-nos condições de conceituar o termo de forma mais precisa. O objeto “casa” significa “abrigo”, “habitação”, “lar” e o verbo “casa” significa “une”.

Posto nestes termos, o problema do signo “casa” ser ou não monossêmico se resolveria tomando como princípio a teoria de Ockham, uma vez que o significado do signo “casa”, de per si, não confundiria com o significado do signo “casa”, forma do verbo “casar”. Entretanto uma observação deve ser feita: enquanto na lingüística a monosemia, a qual identifico aos termos absolutos exibidos por Ockham, tem como princípio a univocidade, nesse pensador, os termos unívocos são entendidos a partir da univocidade de conceitos. Desse modo, uma diferença se estabelece quanto ao emprego do termo “unívoco” entre a teoria de Ockham e a teoria lingüística. Enquanto para Ockham a unicovidade está relacionada ao conceito apreendido pelo termo, para a lingüística, a univocidade está em relação à forma gráfica e sonora do termo (signo) (cf. Dubois e outros. Dicionário de Lingüística. Cultrix. 1978).

### 2.2.2. Conotativo

O termo conotativo possui definição nominal. Ele significa “uma coisa em primeiro lugar e outra em segundo”. Exemplo: o termo “branco” significa alguma coisa que tem brancura, ou, pelo menos, possui a forma accidental da brancura. Todos os nomes que pertencem ao gênero da substância (o que tem) e ao da qualidade (do que é) são conotativos. Desse modo o termo “branco” não denota todos os objetos brancos, porém conota o atributo da brancura.

### 2.2.3. Termos convencionais

Ockham classifica os termos convencionais em equívocos e unívocos.

2.2.3.1. equívoco - é o termo que significa muitas coisas e não está subordinado a um só conceito. Apesar de a palavra ter

uma única forma gráfica ela pode ser conceituada diferentemente de per si e de acordo como seu emprego. Exemplo: a palavra “ser” é conceituada como verbo e como nome. Entendo que termo “equívoco”, para Ockham, compreende aquilo que atualmente denominamos “polissemia”, isto é, o termo possui uma só forma gráfica (homógrafa) e uma só forma sonora (homófona), porém uma pluralidade de significados os quais estão na dependência da situação e do contexto em que a palavra é empregada. O termo “ser”, de per si, tem o sema do verbo e o sema do substantivo, logo são dois significados para uma mesma palavra o que gera a equivocidade do termo quando empregado fora de um contexto. Podemos aqui retornar à questão do termo “casa” tratada no item 3.2.1. “Casa” é nome ou verbo. Para dizer que é verbo temos que recorrer à sua forma primária que é “casar” a fim de identificar o termo atual, “casa”, como uma declinação da forma primária. “Casa” seria uma forma do verbo casar empregado na terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo. O ser ou não ser verbo, está na dependência do contexto e da situação. Essa análise pode, a princípio, parecer em desacordo com a análise proposta no item 3.2.1., mas não a contradiz, uma vez que naquele item, a análise foi feita em função da independência do termo com o objetivo de mostrar a validade da inclusão do termo “casa” no rol dos termos classificados como “absolutos” e aqui a análise é feita em função da dependência do termo ao contexto e das discussões propostas pelas teorias lingüistas atuais. Apesar da aceitabilidade lingüística, “casa” não deve ser compreendida como um termo “equívoco”, pelas razões já expostas no item 3.2.1.

### 2.2.3.2. Unívoco

É o termo, segundo Ockham, que está subordinado a um só conceito porém significa várias coisas. Por exemplo o signo “sertão” na obra *Grande Sertão: veredas* de Guimarães Rosa explicita bem esse conceito. O signo “sertão” apesar de possuir apenas um conceito é empregado em vários níveis de significado. “sertão” é a forma aferética de “desertão”. Ora o termo é

empregado com referência à terra, ora é empregado com referência ao estado psicológico em que se encontra o homem.

### 2.2.3.3. Denotativo

Nessa acepção, um termo dá origem a outro. Exemplo: forte dá origem ao acidente fortaleza.

## 3. A lógica dos universais

### 3.1. Termos de segunda intenção

Segundo Ockham os termos de segunda intenção são os derivados. São os termos que se referem ao acontecimento das coisas. Esses termos são os Universais, os gêneros e as espécies.

Para Aristóteles, o Universal "é o que por sua natureza pode ser predicado de muitas coisas". Exemplo: "o homem é um animal". A partir dessa afirmação aristotélica os lógicos medievais reconheceram o caráter do sinal e a função da suposição. Ockham, entretanto, negou a realidade ontológica dos Universais. Para ele o Universal seria um todo distributivo. Essa afirmação entrou em conflito com o pensamento aristotélico porque a proposição que Aristóteles afirmava ser Universal foi submetida a uma outra análise. Do ponto de vista de Ockham, a proposição "o homem é um animal" "ao invés de significar" todos os homens são animais" significaria, distributivamente, que este ou aquele homem é um animal.

A doutrina nominalista da suposição universal está construída sobre essa base. O Universal passou a ser entendido como um outro nome para indicar o conceito, o sinal ou o significado. O Universal passou a ter uma função de sinal, no sentido de suposição, significado denotativo dos termos nas proposições. Para Ockham, os Universais se reduzem a nomes ou simples palavras. Ele não aceitava o Universal como uma espécie,

nem como alguma coisa real dotada de ser subjetivo. Era uma coisa fictícia dotada de ser objetivo. O sentido denotativo suposição era definido como um “estar em lugar de alguma outra coisa”. Assim, ao se dizer que o homem é um animal, o termo “homem” teria uma suposição pessoal porque estaria no lugar dos respectivos objetos. A partir desse pensamento Ockham deduziu três aspectos de suposição:

i) **Suposição pessoal** - o homem é um animal.

O termo homem está no lugar dos respectivos objetos designados por este termo.

ii) **suposição simples** - o homem é uma espécie.

O termo homem está no lugar do conceito

iii) **suposição material** - Homem é um nome

O termo homem está no lugar da palavra ou sinal escrito (Abbagnano. Dic. Fil. p. 900)

Esses três aspectos estariam relacionados, respectivamente, à compreensão de termo como entidade mental, ao termo falado e ao termo escrito.

Segundo Ockham, o Universal seria entendido por abstração e não por geração, ou seja, criação mental.

### 3.2. Termo Universal

Segundo Ockham, o termo é universal enquanto predicado comum de um conjunto de sujeitos. Esta afirmação pressupõe o entendimento de que o termo é universal pela predicação e não por ele mesmo, isto é, o termo é universal pelas coisas que ele significa; é um ato da inteligência. Por exemplo: o termo homem é universal pela sua significação ou enquanto signo, mas não é um signo arbitrário e instituído. Na concepção de Ockham, é um signo natural que independe do termo lingüístico que o exprime. Desse modo o universal não é um objeto, é uma função e é a essa função que

pela sua significação ou enquanto signo, mas não é um signo arbitrário e instituído. Na concepção de Ockham, é um signo natural que independe do termo lingüístico que o exprime. Desse modo o universal não é um objeto, é uma função e é a essa função que Ockham chama signo ou símbolo. Conclui-se disso que todo universal deve ser entendido como sendo uma coisa singular, não havendo universal senão pela significação, enquanto sinal de muitas coisas.

Ockham considerou o Universal como sendo de duas espécies:

i) Universal entendido como sinal natural predicável de muitas coisas. Exemplo: fumaça significa fogo. Nesse sentido, o Universal é a intenção mental e nenhum acidente extramental é Universal.

ii) Universal instituído voluntariamente. Nesse caso universal é a palavra proferida. Ela é universal visto ser um sinal instituído voluntariamente para significar muitas coisas. Como palavra o universal é um signo arbitrário.

### 3.3. Termo singular

Para Ockham o termo singular teria os seguintes significados:

i) significaria tudo quanto é uma coisa e não várias. Nesse caso toda palavra é singular porque ela é uma e não várias, ainda que signifique várias coisas, enquanto que "universal" é uma qualidade da mente, predicável de muitas coisas.

ii) o termo singular não é, por natureza, sinal de muitas coisas. Nesse sentido, nenhum universal seria singular porque o universal é sinal de muitas coisas e predica-se de muitas coisas. Exemplo: "sol". Confunde-se a causa do objeto com a coisa que o objeto é. Segundo Ockham, o que emana do sol é causa universal mas o objeto "sol" é coisa singular e particular. O sol é entendido como sendo uma causa universal porque ele é causa de todas as

coisas na terra sujeitas à geração e corrupção, isto é, é um só objeto. Sendo assim, enquanto nome é singular porque nomeia um só objeto, porém tem propriedades com escopo universal. Deduz-se disso que o universal é uma realidade ontológica tão-somente a partir de um ponto de vista do objeto em si mesmo, isto é, da natureza do objeto, mas não enquanto termo que nomeia um objeto.

## CONCLUSÃO

As duas vertentes do pensamento de Ockham apresentadas nesse trabalho geraram discussões profundas na Idade Média uma vez que apresentavam, em muitos aspectos, oposições que abalavam a estrutura do pensamento dominante da época que era o aristotélico. Apesar dos ataques sofridos, o pensamento de Ockham manteve-se vivo e atravessou os séculos. Hoje os seus postulados podem ser tomados como ponto de referência às pesquisas realizadas envolvendo a lógica do conhecimento.

## NOTAS

1. O tema que se expõe na primeira parte desse trabalho foi tratado, sumariamente, na Revista **Vertentes-FUNREI** n. 01/janeiro/junho/1993 sob o título **Fundamentos epistemológicos e lógicos da teoria do conhecimento em Guilherme de Ockham**, aqui, entretanto, apresentamos o assunto revisto e ampliado.
2. No que diz respeito à apreensão de coisas necessárias, há duas significações para o termo "necessário": i) o que não pode não ser, como por exemplo **o homem não pode não ser racional** em que a dupla negação concorre para a afirmação de que **o homem não pode ser racional** ii) o que não pode ser como por exemplo **o homem não pode ser irracional** em que a negação somada ao prefixo "ir" concorrem para a afirmação de que o homem é racional.
3. Alguns lógicos fazem distinção entre "proposição" e "sentença". Proposição seria o pensamento ou significado da sentença, enquanto sentença seria a forma gráfica ou uma seqüência sonora abstraída de significado. Aqui, entretanto, o termo "proposição" está sendo tomado como sinônimo do termo "sentença".
4. O conceito de lógica terminista ou lógica dos termos das proposições é distinto do conceito de lógica nominalista ou lógica dos nomes. A Lógica terminista é a lógica da

suposição e para esta lógica os conceitos são termos que ocupam o lugar das coisas. A lógica nominalista é a que nega a realidade ontológica dos universais. Outra observação que deve ser feita diz respeito ao conceito de "nome". O "nome" que interessa a filosofia e à lógica é o nome próprio. Este é entendido como sendo sinônimo de "termo" uma vez que um e outro são definidos como designadores de objetos determinados. Partindo desse princípio, são nomes próprios os termos: nomes próprios genuínos, descrições definidas e proposições que preencham as características da definição apresentada para nome próprio. Nesse artigo, entretanto, são levados em consideração também os nomes comuns os quais são apresentas por Ockham como "termos absolutos".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. Ocamismo (s.v.). In: **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. p. 696.

\_\_\_\_\_. **Necessário** (s.v.). In: **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 674-678.

BAUDRY, L. **Lexique Philosophique de Guillaume d'Ockham**. Paris: P. Lethielleux, Editeur, 1958.

BOEHNER, P. e GILSON, E. A escolástica Posterior. Cap., I, p. 534-551. In: **História da Filosofia Cristã**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

BREHIER, E. Guillaume d'Ockham. In: **La Philosophie du Moyen Age**. p. 343-381. Paris: Editions Albin Michel, 1971.

MOODY, E. A. William of Ockham (s.v). In: **The Encyclopedia of Philosophy**. EDWARDS, P. (editor). New York: Macmillan Publishing Co., In. & The Free Press, 1972. p. 306-317. V. 8.

ROMEO, S. R. **Guilhermo de Ockham y la Filosofia del siglo XIV**. Madrid: Instituto "Luis Vives" de Filosofia, 1966.

WOZLEY, A. D. Universais (s.v.). In: **The Encyclopedia of Philosophy**. EDWARDS, P. (editor). New York: Macmillan Publishing Co., In. & The Free Press, 1972. p. 194-206. V. 8.

GILSON, E. **La Philosophie au Moyen Age**. De Scot Erigene a G. d'Occam. Paris: 1925.

OCKHAM, G. **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.